



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Departamento de Sociologia**

**Tema: Uma vez criminoso, sempre criminoso: Um estudo sobre a  
reincidência criminal a partir da família**

**Autora: Laura Fernando José Mimbire**

**Supervisor**

**Dr. Baltazar Samuel Muianga**

**Setembro, 2014**



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Departamento de Sociologia**

**Licenciatura em Sociologia**

**Uma vez criminoso, sempre criminoso: Um estudo sobre a reincidência  
criminal a partir da família**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção de grau de  
Licenciatura no Curso de Sociologia leccionado na Universidade Eduardo Mondlane

Autora: Laura Fernando José Mimbire

**O Júri**

**O Supervisor**

**O Presidente**

**O Oponente**

.....

**Maputo, aos ..... de Setembro de 2014**

## DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Laura Fernando José Mimbire**, declaro por minha honra que o presente trabalho é da minha autoria, que nunca foi anteriormente apresentado completa ou parcialmente para avaliação em alguma instituição de ensino superior, nacional ou de outro país.

Maputo, Setembro de 2014

í í í í í í í í í í í í í í í í í í í ..

Laura Fernando José Mimbire

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a toda minha vida, em especial a memória da minha predilecta mãe, Sara Alson Nhonguane, que apesar do seu desaparecimento físico, sempre me mostrou a importância de se formar e lutar pelo que acreditamos.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar o meu obrigado é para **Deus** que permitiu que momento se concretizasse na minha vida.

O meu grande kanimambo ao meu pai **Fernando José Mimbire** que me deu os ensinamentos da vida e pelo apoio constante.

Agradeço a ti **Nguila** pela paciência e companhia, pelas lições da vida, pela atenção, motivações e inspirações que tens me dado, não deixando de lado também os puxões de orelha que me dás em caso de necessidade, pela confiança que tens depositado em mim, sempre direi obrigada por Deus ter te colocado no meu caminho.

Agradeço os meus filhos **Arnaldo, Ntsai, Cláudia, Valcinquia e Letícia** por serem o meu maior motivo de inspiração.

Um tabonga ao meu Director **Paulo Dinís Chambal**, meu cunhado **Humberto Gueze** e meu sogro **Arnaldo Gujamo** pela atenção, confiança e segurança em me darem a mão em momentos de incertezas.

Agradeço o Dr. **Baltazar Samuel Muianga** que durante o tempo de convivência muito me estimulou mostrando a pertinência do tema, em apreço, e contribuindo também para o meu crescimento científico e intelectual.

Um grande Thanks ao meu grupo de òEliteö e batalha da turma de Sociologia de 2009, **Felismina, Flávio, Miguel e Leo**, vocês foram os colegas que toda gente gostaria de ter. Não me esqueço da **Silvina, Germinda, Fazila, Félio, Maria Regina, Mandlate**.

Um obrigado especial vai para ti Minha **Amiga Dudaina** pela amizade, atenção e sábios conselhos.

À Universidade Eduardo Mondlane pela concessão da vaga e selecção de docentes, à altura de ministrarem um curso tão marcante.

## EPÍGRAFE

*“A busca da identidade pessoal é muito estranha nas sociedades em que o ponto de referência básico é o grupo, não o indivíduo. Uma pessoa nasce em um grupo e por isso tem uma identidade dentro da sociedade. Por exemplo, uma mulher sabe quem é porque pertence a uma família, linhagem e clã que possuem certa posição na tribo. Ela sabe que todas as decisões importantes com respeito a sua vida, tais como casamento, lugar de residência e trabalho, serão tomadas por seu grupo. Embora isso possa restringir sua liberdade pessoal, ela é ensinada que sua realização e seu crescimento pessoal devem sempre dar lugar aos melhores interesses de seu grupo”.*

(Hierbert, 2008)

## **RESUMO**

Tendo como base de estudo o estigma, o presente trabalho tem por objectivo analisar o estigma na família como factor da reincidência criminal. Para tal o estudo foi efectuado na Cadeia Central e Cadeia Feminina de N'dhlavela, no Bairro T3 na Província de Maputo.

Tivemos como suporte teórico a abordagem do estigma defendida por Goffman. Escolhemos este quadro teórico pois, por meio dele, pode-se perceber que ser estigmatizado sempre tem consequências não benéficas para a vida do indivíduo. Recorremos também à teoria do desvio do Becker, para mostrar que a carreira desviante é resultado da reacção dos outros ao desvio. O estigma não é natural do indivíduo, mas, construído pela sociedade. Aliamos a estes suportes a metodologia qualitativa com base nos procedimentos etnográficos (observação no campo de análise), abordagem hipotético-dedutivo e entrevistas semi-estruturadas.

No entanto, defendemos o argumento de que o estigma leva a família a tratar os ex-detentos de uma maneira quem tem contribuído para premência dos mesmos no crime. Assim, vemos que o estigma não só está presente no ex-detento, mas que influencia para a continuidade deste fenómeno. É portanto, um dos factores importante para a explicação da vitalidade de reincidência criminal. Assim, compreendemos como factores sociais estigmatizantes que contribuem para a reincidência criminal dos jovens: o desprezo, a rejeição e a estigmatização em prol da preservação de identidade familiar.

Ora, os ex-detentos, no contexto familiar, assim como no seio dos vizinhos são rejeitados. Pelo conhecimento que estes têm do perigo que eles representam em função da forma como os encaram, faz com os ex-detentos tenham pouca possibilidade de gerirem o seu estigma, e a difícil interacção social que se verifica nestes contextos tem influenciado na fuga dos mesmos aos espaços onde possam minimizar o impacto nefasto do estigma, evitando deste modo estarem sujeitos, constantemente, a situações de inferiorização.

**Palavras-chave: estigma, reincidência criminal, família, identidade familiar**

## ABSTRACT

The aim of this study is to analyse the stigma in the family as cause of criminal incidence. The study was done in two jails namely: *Cadeia Central* and *Cadeia Feminina* of Nãdlavela, both situated in T3, Maputo Province.

We had as bibliography to support our study Goffman's and Becker's book whose arguments against stigma are extremely important. We have chosen them because their arguments give a clear understand about the negative consequences of being stigmatized. Also We assumed Becker's theory of "desvio" to show that the "desviante" carrier is a result of one's reaction to "desvio". The stigma is not born with the person, thus, it comes from the process of socialization. Was Added to this bibliography the qualitative methodology based on ethnography procedments (analyses based on field observation) hypotetic-dedutive methodology, together with semi-organized interviews.

We defend the following argument: The family treats the ex-prisoners with stigma. Therefore these attitudes give, indirectly, to the ex-prisoners, a stronger encouragement to stay in crime. Thus, We can see that the stigma does not only encourage indirectly the person to live under crime, what is more, it has influence in terms of continuity of this phenomena. Is therefore, one of the reasons that clearly explain the vitality of crime incidence. So, we understand as social factories that contribute for criminal incidence: undertaking or dispisment of those who are involved in crime, rejection and stigmatization in favour of the familiar Identity preservation.

The ex-prisoners, in the familiar context and in their community, are rejected. Also ex- prisoners are conscious that they are being seen as dangerous in their community, so they fell uncomfortable, as matter of fact, they don't succeed in terms of dealing with their stigma. Because of this situation, they tend to avoid to stay in the places where there people who know them so that they will not be despised.

**Key-words: stigma, criminal incidence, family, familiar identity**

## **ABREVIATURAS**

**B.O** ó Brigada de Operações

**CCM** ó Cadeia Central de Maputo

**INE** ó Instituto Nacional de Estatística

DECLARAÇÃO DE HONRA .....	I
DEDICATÓRIA .....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
EPÍGRAFE .....	IV
RESUMO .....	V
ABSTRACT .....	II
ABREVIATURAS.....	VII
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I. REVISÃO DA LITERATURA .....	6
CAPÍTULO II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	12
2.1 Enquadramento Teórico .....	10
2.2 Quadro Conceptual.....	16
2.2.1 Reincidência.....	16
2.2.2 Reincidência Criminal .....	17
2.2.3 Crime .....	17
2.2.4 Família .....	20
2.2.5 Estigma .....	20
CAPÍTULO III. METODOLOGIA .....	26
3.1 Técnicas de Pesquisa .....	25
3.2 Pesquisa bibliográfica.....	26
3.3 Método de Abordagem.....	26
3.4 Amostra .....	26
CAPÍTULO IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	26
4.1 Traços Gerais e Origem Social dos Reclusos Reincidentes .....	28
4.1.1 Estado Civil.....	28
4.1.2 Nível de escolarização .....	29
4.1.3 Faixa Etária .....	29
4.2 Perfil Criminal .....	30
4.3 Caminhos que condicionam a reincidência criminal .....	31
4.3.1 O Desprezo .....	31
4.3.2 Rejeição .....	32
4.3.3 Estigmatização .....	34
4.4 Do Estigma à Reincidência.....	37
4.5 Afirmação da Identidade Social .....	40
CAPÍTULO V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
ANEXOS .....	41
GUIÃO DE ENTREVISTA AO RECLUSO .....	46
GUIÃO DE ENTREVISTA PARA FAMILIAR DO RECLUSO.....	47
GUIÃO DE ENTREVISTA PARA AS AUTORIDADES PRISIONAIS.....	48

## INTRODUÇÃO

O crime em Maputo é um factor incontestável (BRITO, 2002), seja praticado por jovens, adultos ou idosos. Embora ele seja praticado por quase todas faixas etárias, o nosso objecto de estudo foram os jovens. Concretamente, os reincidentes na Cadeia Central de Maputo. A escolha de jovens está relacionada aos estudos feitos e, posteriormente, publicados em 2002, 2004 e 2009, respectivamente Brito, Tembe e Monjane, que revelam haver na Cadeia Central de Maputo, 91% de jovens como moda da população reclusa. A escolha, ainda desta faixa etária, prende-se ao facto de estarem, quase todos os jovens, condenados pela prática repetitiva de um mesmo tipo de crime (BRITO, 2002), o que se entende, a nível científico, de reincidência criminal (FERREIRA, 1992).

No mundo e principalmente nos países em desenvolvimento como é o caso de Moçambique, vem sendo estimulado o desenvolvimento de políticas para a redução da superlotação das cadeias. Nesta lógica, em busca desse desiderato, para Moçambique significou o assumir de um compromisso de luta pela diminuição da população prisional, protecção e desenvolvimento dos indivíduos moçambicanos condenados a todos os níveis da vida política, social, económica e cultural (AFRIMAP, 2006).

A realidade para o contexto moçambicano, é a de que a maior parte da população prisional reincidente, é constituída principalmente por jovens que tomam a cadeia como um refúgio do estigma que sofrem no contexto familiar (BRITO, CASTEL-BRANCO, CHICHA E FRANCISCO, 2012).

Portanto, vislumbra-se aqui um contraste. Enquanto alguns indivíduos temem estar na cadeia e, passando por esta experiência, procuram não voltar ao recinto prisional, alguns fazem dela, a sua morada, local onde passam maior parte do tempo. Além disso, este fenómeno vem contra por o conjunto de expectativas que se têm à volta dos ex-detentos de forma geral, que estejam dentro duma família e livres de cometerem crimes.

Acreditando que este problema afecta não só os próprios reincidentes, mas a sociedade em geral, queremos compreender os motivos que fazem com que este grupo reincida e não encontramos uma explicação social que nos convencesse *a priori*. Foi assim, que pensamos em navegar neste mar, à luz da imaginação sociológica, para descortinar as razões da existência ou continuidade deste fenómeno. Como diz Berger (1986), cabe à Sociologia descobrir o que está por detrás das cortinas das fumaças verbais, o porquê das coisas. Assim, perguntámos sobre as razões da vitalidade deste fenómeno.

Em busca deste desiderato, queremos compreender as razões que concorrem, no seio familiar, para que alguns reclusos retornem ao crime após a primeira reclusão. A reincidência criminal neste trabalho é explicada pela afirmação de identidade da família, em que esta, para a manter assume práticas de isolamento, comportamentos estigmatizantes para com o detento e o ex-detento, abrindo espaço para que este retorne a prisão.

A sociedade, ao criar regras sociais de convívio, também cria o desvio, assim como, um conjunto de estereótipos, atributos desqualificadores, marcas negativas para identificar as pessoas que se encontram fora das regras de conduta. Estes atributos interferem no desenrolar duma interacção social. Assim, questionámos o estigma, atributo negativo a que ex-detentos são atribuídos e sujeitos na interacção com a família não influencia na reincidência criminal?

Aludimos a família por esta constituir o contexto que pode interferir positiva ou negativamente na reintegração dos ex-reclusos na sociedade, após cumprimento de suas penas. Assim, identificamos famílias alargadas, visto elas caracterizarem, maioritariamente, as populações das zonas suburbanas e periféricas e, como tal, são constituídas por pais, filhos, avós, netos, tios e outros agregados.

Uma vez que a maior parte dos trabalhos consultados durante a revisão de literatura, associam a reincidência criminal a factores macros como a sociedade em geral, trazemos a família como uma instituição de controlo social informal com mecanismos que pretendem submeter o indivíduo aos modelos e normas familiares e comunitárias.

A nossa maior motivação na escolha deste tema deveu-se ao facto de vivenciarmos no nosso meio social, vários casos de reincidência criminal de jovens presos por mais de uma vez, tendo cometido o mesmo crime. Algumas abordagens mostram que a superlotação das cadeias do país é gritante e, uma das causas deste estado é a reincidência criminal juvenil, pese embora se pense que a redução da reincidência depende de vários pressupostos como a integração social, a diminuição de penas e a revisão de leis prisionais (MONJANE, 2009; OLIVEIRA, 2009; SENGULANE, 2003 e SILVA, 1997).

O nosso tema torna-se relevante porque trará à superfície os factores sociais estigmatizantes no nível familiar que contribuem para o retorno dos indivíduos à reclusão. Pretendemos também mostrar a necessidade de inclusão social dos segmentos excluídos, como forma de dirimir o rol de factores que criam instabilidade na família, tendo em conta que esta é o palco da socialização primária do indivíduo.

Em termos estruturais, o trabalho é composto por cinco capítulos. O primeiro consubstancia a Revisão da Literatura, onde é apresentada a interacção entre vários autores que abordam sobre o estigma e reincidência criminal. No segundo capítulo, Enquadramento Teórico, abordamos o estigma de Goffman e o desvio de Howard Becker por julgarmos pertinente para analisar os dados recolhidos no trabalho de campo.

No terceiro capítulo apresentamos a Metodologia usada para a presente pesquisa.

No quarto capítulo fazemos análise teórica dos resultados de trabalho de campo, baseada nas teorias e na revisão de literatura, bem como, nos conceitos discutidos no quadro conceptual.

Por último encerramos o trabalho com considerações finais em volta da discussão dos resultados seguido do arrolamento das referências bibliográficas que serviram como base documental para a elaboração do mesmo. Os anexos constituem o grupo de últimos que encerram o trabalho.

## CAPÍTULO I. REVISÃO DA LITERATURA

A reincidência criminal versus estigmatização é uma matéria que tem merecido pouca abordagem no seio académico daí, observar-se no nosso país, uma carência de trabalhos científicos neste campo. Os exíguos materiais que dispomos foram encontrados no contexto de monografias e pesquisas transversais.

Os acervos que irão sustentar a problematização do nosso estudo estão estruturados e agrupados em três unidades. O primeiro grupo defende a proposição de que a reincidência criminal resulta das reformas penais que têm contribuído para a institucionalização dos detentos. As longas penas atribuídas aos reclusos acabam deformando os indivíduos reduzindo-lhes a capacidade de poderem tomar, por si só, decisões entendidas, socialmente, como as mais correctas.

O segundo grupo formado por Adorno & Bordini (1986) e Silva (1997) advoga que os factores endógenos são responsáveis para a reincidência criminal. Para os autores, o ego consubstanciado na exteriorização da amargura, tristeza e fracasso da espécie humana tem um papel preponderante na manutenção da criminalidade.

Por último temos o grupo que aborda sobre os factores exógenos, responsabilizando-os como causadores da reincidência criminal. Monjane e Sengulane são de opinião de que o estigma é perpetuado como forma de relacionamento entre a sociedade e o indivíduo.

Oliveira (2009) na sua obra: *“Criminosos, Pobreza e Prisão ó a Reincidência na Contemporaneidade”*, advoga que o fenómeno representa o fracasso do esforço social pela socialização dos delinquentes e a consolidação da sua exclusão. Nesse aspecto, o estudo interessa-se pela questão da reincidência penitenciária, partindo do pressuposto manifesto pelas produções sociológicas de que é um erro atribuir primazia causal à pobreza como factor gerador da criminalidade. A autora explicita a conduta social reincidente tendo por base somente a dimensão económica da vida social. Esta agrega um conjunto de dimensões sociais problemáticas que se manifestam de maneira intensiva e variada na contemporaneidade.

Apesar de Oliveira olhar para reincidência criminal como um fenómeno complexo, realça que a sociedade tem falhado na ressocialização dos criminosos, contribuindo assim na consolidação da sua exclusão, uma vez que a realidade social do indivíduo reincidente compreende uma vivência conflituosa com a sociedade, já que é reconhecido negativamente pelos segmentos sociais, pois, acreditam que é irrecuperável, portador nato de características avessas a civilidade e passíveis de extermínio. É importante salientar que a autora faz esta análise movida pela reincidência penitenciária na contemporaneidade, explicando deste modo, que não é apenas a pobreza que é responsável pela reincidência. As novas reformas penais introduzidas nas últimas décadas têm contribuído para a institucionalização dos detentos (OLIVEIRA, 2009).

A prisão na era da globalização representa um instrumento de contenção das massas marginalizadas pelo contexto contemporâneo capitalista papel reservado ao Estado. O controlo deste grupo é destinado à garantia da efectivação das actividades lucrativas do capital, restringindo assim a oportunidade de reintegração social dos criminosos. As inovações introduzidas na legislação penal agravaram a situação das prisões brasileiras, ilustrando um quadro institucional de grave superlotação e deterioradas condições de habitabilidade, remata Oliveira (Idem).

As consequências dessas medidas punitivas no mundo contemporâneo terminam por agravar a criminalidade, contribuindo para a construção de carreiras criminosas. Portanto, para esta autora a reincidência é uma das marcas da globalização, pois, houve inovações na legislação penal que vieram agravar a situação das cadeias brasileiras (Idem).

A pesquisa efectuada pela Escola Anna Nery (2006) intitulada "O processo de institucionalização de detentos ó perspectivas de reabilitação e reinserção social" procura identificar os principais factores que convergem para a institucionalização de detentos reincidentes, buscando estabelecer acções para interferir favoravelmente nesta realidade.

O aludido estudo da Escola Anna Nery foi realizado através de 10 entrevistas com apenados num presídio de médio porte do norte do Rio Sul em 2005. A Escola apresenta nesta área factores que

formam um conjunto de determinantes da institucionalização. Os factores dotados de maior relevância são: características de personalidade do detento; história da vida familiar de abandono; perda de vínculos sociais e familiares; existência de uma carreira criminal; ausência de perspectivas quanto ao futuro; reincidência criminal; estigma social; longas penas; drogas; pobreza e as condições da cadeia. Para o seu estudo, observou que a cadeia controla e domina a vida das pessoas e reduz por completo a capacidade de auto-determinação, devido à ruptura social com o mundo externo.

As longas penas contribuem para institucionalização. Elas colaboram para que o detento acabe por se acostumar e se acomodar no ambiente da cadeia fazendo dela não somente sua casa mas seu novo lar. Então, de entre várias razões por ela mencionadas como factores de reincidência, dá mais ênfase ao facto de que as leis prisionais são as que mais determinam a institucionalização. Apesar da Escola considerar o facto de que as leis prisionais influenciam a institucionalização do detento, ela mostra-se bastante generalista no tema sobre reincidência porque o que mais chamou atenção é o facto das penas serem demasiadas longas, contribuindo assim para institucionalização do detento.

No seu estudo denominado "Reincidência e Reincidentes Penitenciários em S. Paulo" (1974), Adorno e Bordini avaliam durante este tempo hipóteses explicativas da criminalidade e reincidência penitenciária na dimensão estatística e perfil social dos reincidentes, no Estado de S. Paulo. Os autores observaram que eram seis características demográficas de análise de reincidência, a saber: idade, cor, escolaridade, ocupação profissional, procedência regional e tipo de crimes praticados que, segundo eles justificam a discriminação de certos indivíduos e de grupos.

Para estes autores o indivíduo reincidente, define-se como aquele que tendo cumprido a pena ou medida de segurança, e veio a ser novamente recolhido ao estabelecimento prisional para cumprir nova pena por idêntico crime (ADORNO & BORDINI, 1986).

É importante realçar que esta análise foi feita durante 11 anos, comparando os dados obtidos na pesquisa documental e observação directa. Para Adorno e Bordini (1986) as características

demográficas do indivíduo são as que determinam a estigmatização. Podemos afirmar que estes autores com esta vertente de olharem para a descriminação, mostram-se demasiadamente simplistas, pois, apenas consideram os factores endógenos como causadores do estigma.

Na obra denominada *“Violência nas Escolas Caos na Sociedade”*, o psicólogo brasileiro Maurício Silva<sup>1</sup> defende que o crime está ligado a factores internos do indivíduo, visto que, toda acção humana tem origem no seu ego. O ego é a causa de todo mal. Segundo Silva o ego:

“É responsável por toda a amargura, tristeza e fracasso da raça humana. Portanto, a causa da depredação, da pinção, do uso das drogas e da violência generalizada, na escola, na família, nos campos de futebol, no trânsito, na ecologia e na sociedade em geral, está inserida no ego na forma de agregados psíquicos inumano [sic], em suas múltiplas formas mentais, (SILVA, 1997:29)”.ö.

Se isso for verdade, não é menos verdade que os factores externos também desempenham um papel importante nesse mesmo processo. Silva (1997), aponta como factores externos a centralização da riqueza produzida por muitos e concentrada nas mãos de poucos. Conforme se pode depreender, a tese de Silva quanto aos factores externos consubstancia-se somente nos económicos.

Ao abordar esta linha de pensamento procuramos compreender como é tratado o crime em outras vertentes não necessariamente sociológicas. No caso, Silva (1997) defende que os comportamentos desviantes são resultado de factores endógenos ao indivíduo. Apesar de não refutar este postulado, advogamos neste trabalho que o crime ou a reincidência criminal é resultado da interacção entre os indivíduos.

Monjane (2009), fez a sua análise na Cadeia Central de Maputo tendo estudado o estigma como uma das formas de relacionamento entre a sociedade e os ex-reclusos que contribui para o retorno destes à reclusão. Conclui ainda que o estigma apresenta duas faces: uma de normalidade e outra de crise. Normalidade ó o estigma é uma das formas de controlo social. Os momentos de crise são aqueles em que o reincidente procura evitar contactos com os demais.

---

<sup>1</sup> Escreve o livro intitulado *“Violência nas Escolas, Caos na Sociedade”* através de observações e experiência, principalmente, em relação aos jovens com quem tinha contacto durante os 22 anos da sua carreira.

Apesar deste autor notar que no processo de estigmatização dos reincidentes, os tribunais situam-se na vanguarda pelo facto de desempenharem o papel legitimador da acção da polícia e da sociedade, ele defende que o estigma é um dos factores que contribui para o retorno à reclusão, assumindo assim, que este factor seja também uma das causas do crescimento, cada vez mais, do número de reincidentes e da superlotação das cadeias moçambicanas.

Monjane (2009), deixa claro que a sociedade usa a cadeia como uma fonte de estigma fazendo com que determinado grupo de indivíduos seja de novo preso, independentemente do conhecimento que se tem sobre eles, baseado em rumores ou/e contactos anteriores. São vistos como autores materiais, senão morais de qualquer delito que ocorre na comunidade. O autor olha para a reincidência como fruto do estigma mas de uma forma generalizada, ou melhor, um estigma perpetuado pela sociedade. Também corrobora com alguns autores que olham para o fenómeno como consequência de comportamentos externos ao reincidente, isto é, como resultado da rejeição, desconfiança e mais, pela sociedade, não deixando assim espaço para responsabilidade do próprio indivíduo na reincidência.

Na sua obra *“Instituição Prisional: a influência das práticas quotidianas na reabilitação dos reclusos da Cadeia Central de Maputo*, Sengulane (2003) analisa a interacção entre os funcionários e os detentos. Ela procurou conhecer o apetrechamento das instalações prisionais, desde o pátio, casas de banho e dormitórios. Assim, a autora mostra que a sua maior missão é compreender como é que se articula o discurso sobre a missão da prisão e a percepção dos reclusos dentro da cadeia, pois, há discrepância entre o discurso oficial sobre a função social da prisão e as práticas diárias. Confirmou assim, que a maior parte do que é veiculado pelo discurso oficial, pouco acontece na prática. A título de exemplo a não observância do sistema de progressão de penas.

É de lamentar o facto de o sistema judicial ser moroso na instrução dos processos, levando com que o detento fique na cadeia por um período superior ao estabelecido para a prisão preventiva, aguardando o julgamento. Essa atitude traz revolta dos detentos quando julgados e condenados a uma pena inferior ao tempo que permaneceram encarcerados no período da prisão preventiva,

remata Sengulane (2003). No seu entender, enquanto o discurso oficial não se verifica nas práticas do dia-a-dia, a CCM está longe de cumprir a sua missão. Este modo da autora ver a reincidência é demasiado linear pois, afasta a possibilidade do desvio poder ser causado por outros factores. Com efeito, na base do crime situam-se outros factores sociais e psicológicos e o discurso oficial é apenas um dos factores, de entre tantos. Cumpre-nos assim, afirmar que o mesmo reflecte um modo de ver de muitos sectores da sociedade e Estado.

Face às constatações tidas nas abordagens acima referenciadas, é caso para aferir que estes autores durante os seus estudos mostram o estigma perpetuado em vários níveis como factor preponderante para a reincidência criminal.

Em contraposição aos autores acima discutidos, o nosso estudo procurará trazer aspectos que mostrem que algumas famílias praticam o estigma (marginalização, isolamento) como forma de afirmação da identidade familiar (laços comunitários, o espírito de solidariedade) perante a comunidade, porque para além daquela abordagem existem outros factores que concorrem para explicar este fenómeno como a afirmação da identidade familiar, sendo a família uma instituição social com padrões normativos a serem seguidos pelos indivíduos, membros da mesma. Deste modo, pretendemos entender como se processa a interacção entre a família e o ex-detento a ponto deste retornar a cadeia.

Colocando este problema em forma de pergunta, indagamos: *De que modo o relacionamento entre a família e ex-reclusos influencia à reincidência criminal?*

Hipoteticamente o pressuposto do estudo é de que o estigma a que os ex-detentos estão sujeitos influencia na reincidência criminal ou seja, o estigma atribuído os ex-detentos leva a que este grupo seja rejeitado, e por conseguinte, abre-se a probabilidade de se auto-isolar dos restantes membros da sociedade, contribuindo assim para a reincidência criminal.

## **CAPÍTULO II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

### **2.1 Enquadramento Teórico**

Com este capítulo propomo-nos a apresentar o quadro teórico que servirá de base para a compreensão do fenómeno de reincidência criminal. O pressuposto básico da nossa pesquisa é defendido por Erving Goffman (Sociólogo Americano da Escola de Chicago), na sua abordagem sobre o estigma. Escolhemos esta teoria porque através dela é possível compreender a reincidência a partir da interacção entre os indivíduos. O comportamento humano não é uma simples reacção ao meio ambiente mas um processo interactivo de construção desse meio. Para este autor um indivíduo estigmatizado é propenso ao desvio. Também defendemos que o ex-detento estigmatizado pode retornar a reclusão.

No discurso sociológico, o termo estigma assume quase sempre o significado atribuído por Goffman na obra *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1988). É uma interessante viagem que Goffman faz nesta obra, pela situação de indivíduos incapazes de se confinarem aos padrões normalizados da sociedade, são indivíduos com deformações físicas, psíquicas ou de carácter, ou com qualquer outra característica que os tornem aos olhos dos outros diferentes e até inferiores e que lutam diária e constantemente para fortalecer e construir uma identidade social.

Goffman (1988) analisa nesta obra, os sentimentos da pessoa estigmatizada sobre si própria e a sua relação com os outros ditos *normais*. Explora a variedade de estratégias que os estigmatizados empregam para lidar com a rejeição alheia e a complexidade de tipos de informação sobre si próprios que projectam nos outros. Este livro, entretanto, ocupa-se especificamente com a questão dos contactos mistos, os momentos em que os estigmatizados e os normais estão na mesma situação social, ou seja, na presença física imediata um do outro, quer durante uma conversa quer na mera presença simultânea, numa reunião informal.

Goffman (1988) faz uma grande apologia aos indivíduos estigmatizados que sofrem preconceitos por parte da sociedade na qual vivem. O estigma é motivo de exclusão social, de olhares desconfiado e de fala às escondidas. De qualquer forma, esses factores causam muito sofrimento ao indivíduo estigmatizado, que acaba por se isolar da sociedade e assim, por vezes perdendo a motivação para modificar seu estilo de vida.

Na Grécia antiga por exemplo, de acordo com Goffman (idem), foi criado o termo estigma, este conceito estava relacionado a algum sinal corporal que representava um status, seja ele bom ou ruim. No entanto, quando alguém portava consigo uma característica ruim era evitado, principalmente em lugares públicos.

Assim, Goffman (1988) alega que sempre a sociedade tentou estipular uma identidade social comum entre as pessoas exigindo que respeitem esses atributos por ela estabelecidos, podendo o indivíduo sofrer sanções caso não sejam cumpridas, isto é, normas e regras, condição necessária para a vida social, implicando assim a existência duma identidade virtual aos seus membros. Então, as primeiras pré-noções de um sujeito que nos é apresentado vão depender da sua identidade social que ele apresenta. Estes aspectos levam a que os indivíduos façam afirmações daquilo que o indivíduo que está em sua frente deveria ser. Assim, este carácter estabelecido ao sujeito, pode ser uma categorização efectiva, uma identidade social virtual.

As características que ele apresenta possuir são chamadas de identidade social real, aquilo que os indivíduos numa situação concreta demonstram ser (Goffman, 1988:6). Quando estipulamos um atributo a um estranho, o classificando como diferente dos outros, desconsiderando que seja uma pessoa comum, reduzindo-o a um ser desnaturado e inferior, ou até superior a nós, estamos aplicando nele um estigma.

Ora, o estigmatizado passa a ser caracterizado por um conjunto de marcas negativas, influenciando de seguida decisivamente as concepções e as acções dos demais em relação a estes, e vice-versa. Isto acontece porque a colectividade ao determinar seus limites morais, as fronteiras entre o aceitável e o não aceitável, acaba tomando grupos com características que fogem da identidade social virtual como seres não aceitáveis. Nesta lógica, Goffman afirma

que as pessoas passam a evitar ter contactos com estes grupos pelo medo de serem confundidos ou identificados como fazendo parte do grupo.

Outrossim, a aplicação do estigma a um grupo afecta na forma como o tal grupo pode ser tratado, acabando por interferir no decurso normal de uma interacção social mista. Este facto faz com que a interacção social seja de hesitações, restrições, receios, pouca abertura e medo.

Ademais, o indivíduo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação a maneira como os outros o identificarão e o receberão (GOFFMAN, 1988:15). Assim, ao tentarem uma aproximação, um contacto, eles encontrarão várias barreiras para conseguirem fazê-lo. Quando não conseguem vem a culpa pelo fracasso, surgindo decisões como: esconder o estigma; trocar de nome; a conscientização de que não podem ser eles mesmos, tendo que aprender a serem diferentes e encontrar uma segunda maneira de ser; e, acabam por perder a sua identidade e tornando um objecto da sociedade.

Um dos aspectos difíceis e dolorosos na questão do estigma e/ou preconceito é o relacionamento destes com os normais. Goffman (1988), dá a entender que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazem-se vários tipos de discriminações, através das quais, efectivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzindo suas chances de vida. Assim, segundo Goffman, constrói-se uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a inferioridade de certos grupos e dar conta do perigo que ele representa.

Goffman demonstra que o estigma, baixa a auto-estima do ser estigmatizado, porém, este quando se depara com outro igual, que compartilha o mesmo estigma, poderá encontrar nesse, moral pois, sabendo do peso de carregar tal estigma pode propiciar a vida do indivíduo estigmatizado na sociedade, fornecendo refúgio e amparo. Há um engajamento destes em grupos de pessoas que compartilham do seu estigma, como os alcoólatras anónimos, grupo de ex-viciados, idosos, movimento negro, de ex-presidiários, comunidades étnicas ou religiosas; sendo que quando um membro de um grupo desses entra em contacto com outro, os dois podem dispor-se a modificar o seu tratamento mútuo, devido à crença de que pertencem ao mesmo grupo.

A partir deste quadro teórico, é possível analisar como os ex-reclusos com estigma que lhes são atribuídos entram em contacto com os outros e como elas se sentem percebidas. De acordo com Goffman e com as identidades que a sociedade cria para apreender os indivíduos ao seu redor, não que se encontra em questão não são todos os atributos indesejáveis que com eles se pode apreender um dado indivíduo mas sim, os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo (GOFFMAN, 1988:6). Com este dado, nos tornará possível analisar que os ex-detentos são rejeitados, discriminados, reduzidos a zero em virtude deles apresentarem uma identidade que seja incongruente ao estereótipo que a sociedade criou a volta de um dado membro.

O estigma leva com que certas pessoas sejam desacreditadas e desrespeitadas, em virtude de se associar a elas atributos ou estereótipos que os desqualificam e que levam ao seu descrédito, influenciando, por conseguinte, no tipo de pessoas que podem se aproximar a estas assim como os tipos de pessoas que os estigmatizados podem se aproximar. Neste quadro de orientação, esta abordagem dá-nos ferramentas para analisar a que grupo de pessoas os ex-detentos podem esperar algum tipo de apoio, assim como, que pessoas mais se aliam a eles, tendo em conta que a sociedade de forma geral procura evitar contactos com ex-detentos de forma a não serem confundida como sendo membro deste grupo.

Ainda neste quadro de orientação, o estigma leva a que a interacção social entre os estigmatizados com os normais seja de muita incerteza, medo, desconfiança. Assim sendo, importa-nos analisar como se processa o contacto ou interacção social entre os ex-reclusos no mesmo espaço físico com os normais. Além disso, analisar a resposta do estigmatizado a situação em que ele se encontra, visto que o estigma pode muitas das vezes levar com que os estigmatizados entrem numa interacção social por agressividade ou com calma. É nesta lógica que será útil analisar a atitude dos ex-detentos face a sua rejeição em função da maneira como eles se sentem percebidas pela família.

Importa ainda, em função do estigma a que estão sujeitos, compreender quais os espaços de sociabilidade a que eles frequentam, partindo do pressuposto que o acto de rejeitar, discriminar

uma pessoa faz com que esta seja evitada em certos ciclos de convivência. Assim sendo, a luz desta abordagem, possibilitar-nos-á compreender que factores associados ao estigma fazem com que eles retornem a reclusão após o cumprimento da pena.

Contudo, o estigma leva com que muitos dos possíveis contactos entre os estigmatizados com normais seja de angústia, incerteza, medo, desconforto, e este facto faz com que os estigmatizados não só se aliem aos grupos dos iguais assim como dos informados, mas que evitem também encontrar certas pessoas que os fazem passar por esta situação. Posto isto, com ajuda deste quadro teórico será possível compreender se existem indivíduos dos quais os ex-detentos evitam ter um contacto assim como as estratégias por eles adoptadas para evitar o tal contacto.

Recorremos também para a teoria de desvio defendida pelo Becker (1977), onde avança que, as motivações desviantes têm um carácter social mesmo quando a maior parte do acto for realizado de maneira privada, secreta e solitária. O autor defende que, o indivíduo aprende a participar de uma subcultura organizada em termo da actividade desviante particular. Mas, a questão central para o autor, é o facto de a carreira desviante de um reincidente estar relacionada a uma possibilidade e experiência de ser apanhado e publicamente ser rotulado como desviante.

Ainda nesta esteira, o actor pensa que a carreira desviante de um indivíduo é resultado da reacção pública do desvio, mais do que uma consequência das qualidades inerentes ao acto desviante. Embora este argumento seja frutífero para análise da carreira desviante dos indivíduos, ele tem suas limitações pelo facto de direccionar o estudo da reincidência criminal ao espaço público, ou apenas, como resultado da rotulagem pública ao acto desviante. Deixando de fora outros mecanismos institucionais mais micros da sociedade, como por exemplo, a família, de onde o indivíduo é oriundo e posteriormente apanhado e rotulado como desviante no espaço público (BECKER, 1977).

O indivíduo lê o mundo a partir da sua vivência, das suas tradições e costumes. As diversidades culturais são muitas e as pessoas formam grupos que se organizam conforme suas proximidades

e identidades. Entretanto, as diferenças nem sempre são consideradas desta forma, ou seja, como maneiras de ler a realidade. Mas como um desvio, um equívoco daqueles que agem de maneira contrária à estabelecida por determinado grupo. Não se considera que o desviante possa estar apenas interpretando a realidade, mas imagina-se que ele não vê um sentido e, portanto, age em descompasso (idem).

Encarados os factos desta maneira, estaríamos a conceber a cultura como algo acabado e homogêneo, mas se a encararmos de forma contrária, perceberemos que é a interacção dos indivíduos que a forma e, assim, as atitudes divergentes não seriam um desvio, mas um carácter diferente de interpretação, proveniente de uma realidade dinâmica que está sempre em movimento construindo-se e, portanto, podendo transformar-se, pois, os indivíduos não desempenham papéis únicos ou permanentes, mas experiências particulares.

O desvio nada mais é que a ãacusaããoö, de um indivíduo a outro, que acontece na interacção e no jogo de poder entre eles. Determinados grupos estabelecem normas de acordo com o poder que têm. Assim, há também um jogo, no qual os mais fracos precisam submeterem-se àqueles que tiveram mais influência e conseguiram determinar as normas. Contudo, isso não é fixo. Há sempre uma possibilidade de mudança de parâmetros e do estabelecimento de novos grupos. Quando determinados indivíduos rompem com os códigos até então estabelecidos naquela realidade, automaticamente, são colocados à margem, excluídos e não aceitos. Enfim, são definidos como pessoas que possuem comportamentos desviantes (BECKER, 1977).

Grosso modo, ao relacionarmos estes dois conceitos: afirmação de identidade familiar e crime, e sua influência na reincidência criminal dentro da esfera privada, a família é tida como uma unidade social que desenvolve múltiplos papéis fundamentais para o crescimento psicológico do sujeito, marcando as diferenças nos contextos dos parâmetros das diferenças sociais e culturais (MINICHIN, 1982).

A escolha destas duas opções teóricas (estigma e desvio) deveu-se ao facto do estigma ser uma teoria que possa explicar a reincidência criminal a partir das relações entre os indivíduos.

Permitirá ainda compreendermos como os actores sociais constroem e afirmam as identidades sociais no seu quotidiano. Por sua vez, a teoria de rotulagem ajudará a mostrar que o desvio é uma construção social. A sociedade é que marginaliza os indivíduos que agem à margem das normas impostas. O indivíduo rotulado é considerado desviante e, este, por sua vez, procura refugiar-se para outros grupos que comunguem mesmos valores. Poderemos tomar como exemplo os reincidentes criminais.

## **2.2 Quadro Conceptual**

No trabalho procuramos trazer os conceitos que julgamos mais pertinentes para a compreensão do nosso objecto de estudo e mostrar que, a reincidência criminal abordada não é um fenómeno isolado. Surge como consequência de vários factores, quer exógenos ou endógenos. A reincidência criminal, neste caso, é consubstanciada através do crime, estigma, afirmação de identidade, família como conceitos.

### **2.2.1 Reincidência**

Etimologicamente, *Reincidência* vem do latim *reincidere* que consiste na reiteração de qualquer acto delituoso. Em um sentido jurídico-penal, é a situação do indivíduo que volta a praticar delitos depois de haver sido julgado, por um ou mais crimes anteriores (Reis, 2001). Enquanto Nery (2006) diz que a reincidência acontece quando o retorno a sociedade dá-se sem uma reciprocidade de aceitação o que faz com que reste a esses indivíduos, como única opção o retorno à criminalidade como forma de sustento e identificação. Podemos dentre estes dois autores entender que o primeiro importa apenas que a reincidência é o cometimento de um crime mais de uma vez enquanto Nery (2006) traz-nos os motivos que fazem com que haja esta repetitividade no crime.

### **2.2.2 Reincidência Criminal**

No nosso estudo a perspectiva de reincidência criminal é abordada como aquela que surge como resultado dos preconceitos familiares. O indivíduo é estigmatizado pelo facto de ter ou estar a cumprir pena em reclusão.

Se o crime é ofensa moral à consciência colectiva, a reincidência criminal também o é, ou seja, um acto criminal que segundo Ferreira (1992), advoga a necessidade de uma efectiva condenação pela prática de um mesmo crime. Para este autor, o reincidente é aquele indivíduo condenado pelo menos por ter cometido um crime igual àquele que motivou a condenação anterior. No entanto, a questão saliente é de indagar que motivações criminais seriam essas que levam os indivíduos a reincidirem a um comportamento severamente desencorajado e sancionado pela sociedade.

### **2.2.3 Crime**

Na perspectiva criminal, encontramos vários autores que explicam este fenómeno. A Escola de Chicago (1920) convencionou chamar-se Ecologia Criminal ou Desorganização Social, entendendo assim que o crime é resultado do crescimento das grandes cidades, diferentemente da teoria da associação diferencial que viu o crime como resultado de uma socialização incorrecta. É apreendido, jamais herdado. Criado ou inventado pelo autor, associando assim, o crime ao conflito cultural.

Na óptica da Escola Francesa, a explicação do crime deveria procurar-se, unicamente, em factores criminógenos, não da pessoa criminoso mas, do ambiente social que o rodeia. Portanto, no contexto exógeno (CORREIA, 2004: 4). Podemos assim afirmar que o crime ocorre quando há uma combinação favorável entre a vontade do agente e da situação apropriada. A despeito do reconhecimento da importância de factores causais do crime, o nosso estudo enquadra-se na visão francesa e defende uma análise do fenómeno da criminalidade que toma consideração o estigma como um factores exógenos que podem influenciar o retorno à reclusão. Para a escola, não basta ser criminoso é necessário que o ambiente ou as condições sejam favoráveis para a prática deste acto.

No que concerne ao conceito de crime, não tem sido tarefa fácil estudá-lo. Entendemos que seja pelo facto de existirem ambiguidades de raiz conceitual ou de definição do que é, e do que não é crime. No contexto jurídico-legal, o crime segundo Tappan (1947) é todo o comportamento ilícito que, por qualquer motivo se fure a decisão condenatória do tribunal. Todo e só aquele acto que a lei tipifique como tal, ou seja, só se deveria considerar crime, aqueles comportamentos prescritos na lei.

Para a teoria sociológica, este conceito de crime na perspectiva oficial, é bastante ambíguo, pelo facto de prescindir de outras formas de comportamentos socialmente ofensivos. Estes comportamentos não são desencorajados e nem sancionados, porque o poder legislativo ainda não concebeu uma lei que os tipifique como crime. É neste contexto, que Durkheim (1982), na tentativa de suprir o vazio legal do conceito jurídico-legal do crime, entendeu crime como todo comportamento que ofendesse o senso moral da humanidade civilizada, ou seja, a ofensa dos estados fortes e definidos da consciência colectiva. Giddens *apud* Durkheim via o

crime e desvio como factos sociais, acreditando que ambos eram elementos inevitáveis e essenciais das sociedades modernas, porque um acto criminoso pode provocar uma resposta colectiva que irá reforçar a solidariedade do grupo e clarificar as normas sociais (GIDDENS, 2004: 208).

Embora este conceito atente a uma abrangência social sobre o comportamento criminal, diferentemente dos primeiros. Ele peca, cremos, por uma globalização do crime nas sociedades avançadas (capitalistas), como se os fundamentos para um comportamento criminal, na Europa, fossem universais ou significativos para outras nações, como americanas, já que de África, pelo tipo de solidariedade de seus povos, não previu Durkheim, se não raramente actos criminais.

Contrariamente a esta abordagem, Becker (1977), defende que o fundamento do crime varia de sociedade para sociedade, e de grupo para grupo a nível mais micro. Portanto, Becker chama atenção à questão de relativização cultural quando o assunto abordado for criminal, pois para ele, crime é a infracção de alguma regra em relação a qual um determinado grupo concorda.

Embora Durkheim tenha nos aspectos que acima tratamos definido crime, o conceito que ele avançou, nos parece revelador da verdadeira essência criminal, isto pelas características impessoais que ele apresenta. Ou por outra, esta definição sociológica de crime pressupõe dois (2) aspectos básicos da essência impessoal do crime, ou seja, o crime enquanto ofensa moral à da consciência colectiva é duplamente desvio, primeiro, pelo facto de englobar comportamentos que violam as expectativas da maioria dos membros da sociedade, e segundo porque, suscita reacções negativas, por considerar-se um acto que deve estar sujeito a desencorajamento e sanções sociais.

Contudo, queremos salientar que é neste contexto de crime, que a nossa pesquisa vai centrar-se, por entendermos ser um conceito que nos afasta das subjectividades teóricas sobre o crime, delimitando o fenómeno dentro destes dois pressupostos sociológicos sobre o mesmo. Se em crime julgamos ter encontrado uma plataforma, pelo menos, impessoal em relação ao seu conceito, fica menos difícil voltar ao nosso principal objecto de estudo, a questão da reincidência criminal juvenil.

Temos ainda a Teoria de Anomia defendida por Durkheim e Merton. Estes dois autores se enquadram numa visão funcionalista que entende que a finalidade de uma sociedade é atingida quando existe uma perfeita funcionalidade entre as instituições. Explicam que o crime é inerente às sociedades anómicas, isto é, com ausência de leis. O que mais interessa a estes autores não são as causas, mas sim, as consequências do crime.

A reincidência criminal em causa neste trabalho é apresentada como uma consequência do estigma protagonizado pelas famílias dos detentos, sem que haja, necessariamente, uma má socialização. A associação diferencial mostra-nos o crime como um acto que se entende através do próprio criminoso, sem ter em conta os indivíduos que reagem ao crime. Para nós, o indivíduo influencia a reincidência criminal porque o criminoso praticando um crime ofende uma determinada instituição, no caso presente, a família.

#### **2.2.4 Família**

A família dos reclusos é uma ligação que os apenados têm com o mundo exterior. A visita dos familiares é o tema em que giram todas as suas conversas, pois, os encontros familiares são os momentos mais importantes das suas vidas. A família pode resgatar o indivíduo da marginalidade, desde que seja bem estruturada, pois, de contrário, fatalmente leva os filhos à delinquência (NERY, 2006). A falta desta recuperação pode culminar com a reincidência criminal dos indivíduos.

Alain Birou (1982) define a família como conjunto de descendentes e parentes da mesma linhagem, ou a continuidade de cônjuges e dos filhos que constituem a primeira célula ou unidade da vida social e natural. Por sua vez Castro (2009) advoga que a família age como um grupo eminentemente socializador, promove a integração dos novos seres humanos na comunidade e ainda é responsável pela transmissão da herança sociocultural. A família que o estudo pretende focalizar é encontrada nestes dois autores baseada na superação dos problemas dos seus membros, mas que também, se lhe faltar a unidade pode tornar-se numa instituição falida ou problemática. Monteiro (2006), postula que a crise familiar é um fenómeno global que provoca consequências em todos os demais sectores institucionais, contribuindo, decisivamente, para a formação de indivíduos que não respeitam regras, limites, desintegradores sociais.

#### **2.2.5 Estigma**

Após abordar sobre os conceitos acima, passamos a definir o estigma. Este, aparece para apresentar um aspecto objectivo como características de uma raça ou de sexo, ou de actos e comportamentos religiosos, ou de visível pobreza. Mas também, consiste em valoração subjectiva. Exemplo: se é pobre é ruim; se é mulher é inferior ao homem, etc. O estigma gera descrédito e desvantagem e cria a ideia de que o estigmatizado não é completamente humano (GEHRINGER, 2001).

No discurso sociológico, o conceito de estigma” assume quase sempre o significado que Goffman (1963) lhe atribui na obra estigma – *Notas sobre a Manipulação de uma Identidade Deteriorada*. O termo estigma entre os antigos gregos designava sinais corporais com os quais se procurava evidenciar algo de mau acerca do estatuto moral de quem os apresentava. Estes sinais são feitos com corte ou com fogo que identificavam de imediato um escravo ou um criminoso. Goffman que se insere num grupo de autores da Escola de Chicago, traz abordagens partindo da perspectiva interaccionistas. Este centrou seus estudos nos contextos face-a-face da vida social, na interacção social, presente na vida quotidiana que envolve troca de símbolos.

O autor, definiu o estigma como um atributo de descrédito significativo, possuído por alguém com uma diferença indesejada (GOFFMAN, 1963). Para ele, o estigma é um poderoso instrumento de controlo social aplicado através da marginalização, exclusão e exercício de poder sobre indivíduos que apresentam certas características desqualificadoras, que os tornam aos olhos dos outros diferentes e até inferiores. Estes lutam diária e constantemente para fortalecerem e construir uma identidade social. Para tal, adoptam estratégias variadas para lidarem com a rejeição alheia e a complexidade de tipos de informação sobre si próprios que projectam nos outros. Isto significa que o estigmatizado cria mecanismos para manipular a informação sobre o seu defeito e as relações encontradas em situação de integração social.

Desta abordagem de Goffman (1988), entendemos que ao estigmatizado, a sociedade reduz suas oportunidades, esforços e movimentos. Não lhe atribui valor, impõe-lhe a perda de identidade social de seres individualizados e determina uma imagem deteriorada dentro do modelo que convém à sociedade. Significa que o social anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o padrão de poder e anula todos os que rompem ou tentam romper com o modelo social.

Deste modo, o estigma seria uma das formas de controlo social e do relacionamento entre a sociedade e os indivíduos estigmatizados, contribuindo assim, para que estes se sintam desprezados, isolados e desqualificados por parte dos que são considerados normais, considerando-se assim, o estigma como um meio normal de controlo social. É provável que a

certo nível, motive a privação da liberdade dos ex-reclusos. Estes são vistos como responsáveis por qualquer acto desviante que ocorra na família ou na comunidade, em virtude de sua passagem pelos centros prisionais, visto que, são rotulados como perigosos e desonestos, razão que pode contribuir, definitivamente, para que cometam outros crimes ou reincidam criminalmente.

Na perspectiva de Goffman (1988), estigma é uma forte desaprovação de características ou crenças pessoais que vão contra normas culturais, resultando na marginalização. O indivíduo assim marcado torna-se diferente dos outros. Goffman (1988) refere que os três tipos de estigma já mencionados apresentam idênticas características sociológicas. Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana carrega um traço (rótulo) que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, ofuscando os outros atributos que ele possua.

Olhando para as proposições acima referenciadas, pode-se aferir que a família tem no recluso aquele criminoso que uma vez como tal, para sempre criminoso, tirando a possibilidade deste se redimir voltando para a normalidade da vida. Portanto, passa a ser objecto de desconfiança, e por via disso, todos actos desviantes que ocorrem na família e/ou na comunidade recaem sobre o ex-criminoso, como consequência de ter passado da reclusão.

O visado também tem a tendência de se deixar guiar por esse rótulo, primeiro juntando-se a indivíduos que comungam e o aceitam na actual situação de recém-liberto e, consequentemente, acaba se envolvendo com outras situações consideradas desviantes.

## **CAPÍTULO III. METODOLOGIA**

Ruiz (1996: 48) refere que a pesquisa é a realização concreta de uma investigação planeada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagrada pela ciência. A nossa pesquisa seguiu uma linha, predominantemente, qualitativa permitindo maior compreensão das percepções e as representações das famílias face a estigmatização dos detentos. Por isso, escolhemos o método qualitativo de investigação também conhecido por análise intensiva, que define-se como meio através do qual se investiga os valores, atitudes, percepções e as motivações do público pesquisado, com vista a alcançar a essência do fenómeno. Preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos do comportamento humano (LAKATOS e MARCONI, 2009).

### **3.1 Técnicas de Pesquisa**

Este tipo de pesquisa usa técnicas como descrição e observação de dados no terreno e interpretação de entrevistas. Esta espécie de entrevista, segundo Lakatos & Marconi (1991), é caracterizada por iniciar pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipótese.

A exploração do trabalho apresentou-se como uma possibilidade de conseguir, não só o que desejávamos estudar, mas também criarmos conhecimento a partir da realidade presente no campo. Este trabalho foi caracterizado pela presença do pesquisador nos contextos sociais em estudo e pelo contacto directo com as pessoas e com as situações, participando no quotidiano das mesmas.

Na observação e recolha de dados seguimos uma técnica de entrevista semi-estruturada. Neste sentido, interessamo-nos por um tipo de entrevista que incide sobre um tema bem específico do qual o entrevistado fala livremente do assunto mas de forma controlada pelo entrevistador (GIL, 1995). Por isso não nos importamos com quanto dirão, mas sim, com o que dirão. Para efeitos de

pesquisa redigimos um ofício à Direcção da Cadeia com a finalidade de rogar os bons ofícios afins.

### **3.2 Pesquisa bibliográfica**

Este foi o primeiro passo a que nos ativemos, que foi realizada em diferentes bibliotecas da cidade de Maputo. Aliado a este passo, foi feita uma entrevista com questões importantes exploratórias com alguns técnicos da Acção Social do Ministério da Justiça para explorarmos algumas questões chaves sobre o estigma e reincidência Criminal.

Em relação a esta categoria Gil (2008:44) advoga que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

### **3.3 Método de Abordagem**

A realização deste trabalho foi baseada no método hipotético-dedutivo, que defende que a partir da constatação de um facto constrói-se uma hipótese pelo processo de inferência dedutiva e com base nesta inferência, testa-se a ocorrência do fenómeno levantando pela hipótese (Martins, 2007).

Este método permitiu-nos com base em nossas constatações após a revisão literária, em que o estigma na família não era considerado como relevante para explicar as causas do retorno à reclusão do ex-detento. Arvoramos a hipótese de que a posição dos familiares em relação aos ex-detentos é condicionada pela necessidade de afirmação da identidade familiar na comunidade. Por conseguinte, esta abordagem dá-nos possibilidade de testarmos a hipótese levantada.

### **3.4 Amostra**

De acordo com Gil (2008), as pesquisas sociais, de um modo geral, abrangem um universo de elementos, tão grande, que se torna difícil considerá-los em sua totalidade. É por isso que em pesquisas usam-se amostras, que representam uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. No caso presente, o nosso estudo, para definir a amostra contou com o número de

reclusos que as duas cadeias apresentaram quando solicitamos os bons ofícios para a realização de entrevistas, bem como nas famílias baseamo-nos na disponibilidade que as mesmas nos ofereciam. Esta forma de decidir a amostra é defendida por (GIL, 2008:94) argumentando que a amostragem por acessibilidade ou por conveniência constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão.

A nossa entrevista foi dirigida a uma amostra de 47 reclusos, de 28 membros das suas famílias e a de 4 membros em serviço. A pesquisa compreendeu três momentos que consistem em entrevista aos reclusos, aos familiares dos reclusos e às autoridades prisionais, separadamente. Na análise efectuada sobre o discurso de cada um dos entrevistados permitiu-nos colher elementos julgados pertinentes para a operacionalização dos conceitos deste estudo e seu cruzamento com as teorias. As indagações feitas às autoridades estarão intercaladas em cada uma das partes, anteriormente descritas. As perguntas feitas as autoridades prisionais eram baseadas no estágio geral dos detentos no que diz respeito, ao número de reincidentes, tipo de penas aplicadas. Este grupo não aparece como interviniente no nosso trabalho.

Assim como também aludimos a comunidade sem fazer parte do grupo que entrevistamos, mas porque a família e o ex-detento estão inseridos na mesma, palco onde se devem observar normas de conduta.

## **CAPÍTULO IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Neste capítulo o objectivo consiste na apresentação dos principais resultados dos dados que obtivemos durante o trabalho de campo. Em primeiro lugar apresentamos os traços gerais dos nossos entrevistados, em seguida trazemos factores que contribuem para a reincidência criminal e, por último, a relação entre o estigma e reincidência criminal.

### **4.1 Traços Gerais e Origem Social dos Reclusos Reincidentes**

Com vista a uma melhor compreensão da nossa amostra de pesquisa, apresenta-se neste subcapítulo o perfil social dos reclusos entrevistados com ênfase na sua origem social. As principais variáveis em análise neste subcapítulo são o nível de escolaridade, a idade, a ocupação profissional e o perfil criminal. Como forma de salvaguardar a identidade dos nossos entrevistados, atribuímos-lhes pseudónimo, mantendo, deste modo, os nomes dos mesmos, em anonimato. A amostra da pesquisa foi composta por 44 homens e 3 mulheres, na sua maioria provenientes do Distrito Municipal KaMaxaqueni e Hlamanculu, respectivamente.

Numa análise comparativa da população reclusa e reincidente entre homens e mulheres, os resultados mostram que a maioria é do sexo masculino, sendo que, o Centro de Reclusão Feminino alberga poucas reclusas em comparação com a Cadeia Central. As entrevistas foram realizadas na Cadeia Central para os reclusos do sexo masculino e Centro de Reclusão de N'dlhavele para as detidas.

#### **4.1.1 Estado Civil**

No que tange ao estado civil, compreendemos que a maioria dos nossos entrevistados é solteira. Portanto, 2 mulheres são divorciadas e 23 homens são solteiros. Encontramos ainda, 16 Homens na condição de divorciado e apenas 5 homens são casados.

#### **4.1.2 Nível de escolarização**

Na sua maioria, os reclusos entrevistados frequentaram o nível primário. 38 destes declararam ter estudado 4ª e 5ª classes. 4 deles nem sequer tiveram o privilégio de ir a escola. Ainda outros em número de 5 frequentaram o nível médio. Os dados referentes à escolarização dos reclusos contraria a ideia de que, na maioria dos casos, o crime é praticado por indivíduos com baixo nível de escolaridade ou sem nenhum nível. Esta asserção realça o papel preponderante, não só da família, mas também das comunidades onde o indivíduo está inserido.

Na Cadeia Central exista uma escola onde os reclusos são liberados a frequentar, porém, todos entrevistados não dão prosseguimento aos seus estudos. A desistência por parte deste grupo verifica-se mesmo quando retornam à liberdade. Nenhum deles projecta voltar à sala de aulas após a reclusão.

#### **4.1.3 Faixa Etária**

A faixa etária mais predominante da amostra, aponta que a maioria da população que afluí nas cadeias é jovem, com idades que variam entre 18 aos 35 anos. Podemos observar que a faixa etária dos 26 aos 35 anos de idade é a mais propensa para a prática de crime correspondente a maioria dos nossos entrevistados, apesar de se ter encontrado no Centro de Reclusão Feminina três reclusas com mais de 40 anos. Na cadeia Central a idade dos reclusos varia de 18 a 35 anos.

#### **4.1.4 Profissão**

A profissão de mecânico foi aquela que observamos com frequência, representada por 15 indivíduos no total da amostra. A outra profissão bastante frequente é a de pedreiro, tendo também um número considerável de comerciantes informais. As reclusas inqueridas são domésticas vivem na base de pequenos negócios em casa.

Os traços gerais já mencionados mostram que a maioria dos reclusos tem baixo nível de escolaridade, e de que são jovens cujas profissões variam de mecânico, pedreiro e vendedores informais. Afere-se também que os jovens de sexo masculino são os que constituem a maioria dos reincidentes criminais.

## **4.2 Perfil Criminal**

Nesta secção o nosso objectivo é identificar o tipo de crimes praticados pelos reincidentes de modo a compreender em que medida estes podem contribuir para a estigmatização. Durante as entrevistas identificamos que o crime de furto e burla é o mais predominante para os homens reclusos. E, fazendo uma relação entre a profissão com a variável tipo de crime, depreende-se que os de profissão de mecânico, pedreiro e de negociante informais praticam os crimes de furto e de burla.

Segundo eles, na maioria das vezes cometem crimes nos seus locais de trabalho. Estes crimes são classificados como famélicos que resultam de furtos de baterias de carros, de carteiras, de objectos de adorno, de intromissão nas casas dos vizinhos, desvio de cimento e de outros materiais de construção, bem como, de venda de alguns produtos para mais de uma pessoa e a falsificação de invólucros de telefones celulares e outros pequenos electrodomésticos.

A Cadeia Feminina, na época da realização das entrevistas detinha apenas 3 reclusas reincidentes, acusadas de praticar a violência doméstica. Segundo a Acção Social deste recinto prisional os crimes praticados pelas mulheres na sua maioria são de tipos caucionáveis e as penas não são longas. Portanto, por vezes a cadeia tem muitas reincidentes e por vezes são quase todas soltas.

Quando questionado sobre quantas vezes já estiveram presos, 37 reclusos responderam terem passado da prisão mais de duas vezes e todas estas vezes foram réus condenados. O perfil aponta que os crimes mais predominantes são o de furto doméstico e o de burla na sua maioria praticados pelos homens.

### 4.3 Caminhos que condicionam a reincidência criminal

Apresentamos neste capítulo alguns factores que ajudarão a testar a hipótese, de que a posição dos familiares em relação aos ex-detentos é condicionada pela necessidade de afirmação da identidade familiar na comunidade. Portanto, anuncia-se o desprezo, a rejeição, a estigmatização e a afirmação de identidade como factores que concorrem para a reincidência criminal e por último apresenta-se da manipulação do estigma leva à reincidência.

#### 4.3.1 O Desprezo

A forma como se procede a interacção entre o ex-recluso e a família pode influenciar para o contentamento ou descontentamento dos recém-libertos.

A pesquisa constatou que os familiares que, por não concordarem em receber os seus membros em gozo de sua soltura pós-reclusão, menosprezando os mesmos, acabam abrindo espaço para um relacionamento não sadio com os mesmos, remetendo-os para uma situação de nostalgia.

*õ(í ) Muitas destas famílias que encontramos quando estamos fora da prisão têm nos desprezado, só se dirigem a nós quando algo querem. Quando somos nós a dirigir a elas, nem se quer nos olham, alguns fingem que não nos conhecem, enquanto nos conhecem e são familiares (í ),õ*

Pedro, 25 anos de idade

*“(...) eu sei que desde que fui preso a primeira vez, para os meus familiares e os demais nunca mais fui o mesmo de antes da prisão, sinto muita indiferença na relação(...)”.*

José Sabonete, 31 anos de idade

*õ(í ) as vezes noto que quando estou em casa me ignoram fazem de conta que eu não existo(...) isto faz de mim uma pessoa que sinto que não valho nada (í )õ*

Mateus, 26 anos de idade

Quando os normais e estigmatizados se encontram na presença imediata uns dos outros, , ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão directamente as causas e efeitos do estigma.

O indivíduo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como os normais o identificarão e o receberão. Aqueles que têm relações com ele não conseguem lhe dar o respeito e a consideração.

A forma como os ex-detentos concebem seus familiares, e demais membros da sociedade influencia as concepções que estes têm sobre si mesmos. Ademais, a concepção que eles vão construindo sobre si próprios em virtude da forma como elas vão concebendo os outros é reflexo de como eles são tratados por estes membros após reclusão, isto é, a culpabilização, a indiferença, a rejeição, o isolamento, etc.

#### 4.3.2 Rejeição

O sentimento de rejeição que parte deles próprios com base na forma como se tem processado o contacto com os demais membros da sociedade, não é suficiente para explicar porque estes ex-detentos voltam a praticar o crime, embora seja um facto evidente a acontecer porque eles refugiam-se para os seus grupos de pares e outros lugares que comungam de mesmos ideais, onde possam evitar a discriminação.

Maior número de reclusos da nossa amostra afirmou que desde que os vizinhos souberam da sua condição passaram a não serem bem-visto na comunidade, sendo assim rejeitados pela mesma.

*“(1) Normalmente os mais velhos é que são mais rigorosos. Sou o irmão mais velho da casa mas depois da minha primeira prisão senti que havia perdido também este papel (...) não era mais confiado. Para a realização de eventos na família a minha opinião não é agora a mais relevante (...)”*

Mateus de 27 anos de idade.

*“(...) O meu pai quando soube da minha prisão, reuniu os meus irmãos para informar que não queria ouvir com vizinhos nem na igreja que tem um filho às contas com a lei. Quando fui solto na primeira vez, a família não me recebeu recomendou-me para que eu fosse viver com a minha avó(...) não procuravam saber de mim, senti-me abandonado(1) ”*

Carlos, 24 anos de idade

Sentimos que o estigmatizado percebe cada fonte potencial de mal-estar na interacção, que sabe que os outros também a percebem e, inclusive, que não ignoram que ele a percebe. Uma vez que tanto o estigmatizado quanto os outros, os normais, se introduzem nas situações sociais mistas, é compreensível que nem todas as coisas caminhem suavemente.

A sociedade impõe a rejeição, leva à perda da confiança em si e reforça o carácter simbólico da representação social segundo a qual os sujeitos são considerados incapazes e prejudiciais em interacções sadias na comunidade. Fortalece-se o imaginário social da doença e do ãirrecuperávelõ, no intuito de manter a eficácia do Simbólico.

Ora, para Garfinkel (1976), a reacção de má ou indiferença no que tange à recepção dos ex-reclusos tem razão de ser. Tanto a família como a comunidade mostram terem perdido a segurança em relação ao ex-presidiário. Para os que recebem o recém-liberto, a prisão é um elemento que é mal visto no seio da comunidade e todo aquele que por ele passar, expõe-se ao risco de não merecer confiança, pois, quebrou as regras de jogo.

*“(...) Tive dificuldades em termos de convivência com a família após o cumprimento da primeira pena visto que esta manteve uma relação menos calorosa. Nos convívios com os familiares não era bem-vindos. À minha presença suscitava que a maioria dos presentes escondam as bolsas, os telefones e demais objectivos pessoais com medo de que possa furtar, por ser considerados ladrão de carteiras (...)”*

Juvenal, 27 anos de idade

*õ(í ) quando sai da prisão a primeira vez o meu marido já tinha outra mulher dentro da nossa casa, aliás ainda na prisão veio para dizer-me que não sou mais esposa dele(...) disse-me que sou bandida, o que os amigos iriam pensar (í )õ*

Lurdes, 39 anos de idade

Becker (1977) advoga que a raiz do desvio está na própria ordem social e nos processos de controlo social. Quando os indivíduos não se integram nessa ordem caminham para comportamentos desviantes.

O regresso a casa ou ao convívio familiar demonstra que o crime não representa uma prática que haja melhores condições que os faça realmente prevalecer na prática do crime. Se isto fosse um facto não presenciariámos a tentativa por parte deles em regressar a casa, e quando assim se faz, no local onde elas pensavam que poderiam ter algum apoio, uma recepção calorosa possível. Não sendo assim procedido as suas expectativas são frustradas, como mostra o seguinte trecho.

*“(...) a primeira vez que fui solto da prisão voltei para casa com saudades de reencontrar a minha família e quando lá cheguei, os meus pais mandaram vir comigo e nem quiseram saber do meu regresso. Pedi desculpa para que me acolhessem(...) vai embora aqui não queremos ladrão. Quando perguntei o porque daquele tratamento, a minha mãe disse que tenho mau comportamento, porque fui preso (...)”*

Reginaldo, 24 anos de idade

Os familiares dos ex-detentos não se importam com o facto de este ter cumprido a pena e saído da prisão, para eles pesa muito o facto de este ter praticado crime. Alguns familiares entrevistados mostram-se desiludidos e não acreditam na recuperação dos ex-detentos. Preferindo dissociar-se deles, porque agem à margem da comunhão do grupo.

Para Goffman (1988:14) “um indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que se pode impor atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus”.

Assim, olhando para a nossa amostra, encontramos que maior parte dos indivíduos não têm tido bom acolhimento no seio familiar, portanto, estigmatizados e por consequência, reincidentes. Estes ocupam lugar diferente dos demais membros na família/comunidade. De realçar que a ordem social constitui-se como essencial na identificação do desvio e não desvio evitando a desordem.

#### **4.3.3 Estigmatização**

Durante a nossa entrevista com os familiares dos reclusos, entendemos que descriminam como forma de manter a boa imagem perante a comunidade e mostrar que se distanciam dos comportamentos desviantes dos seus membros. À medida que íamos mantendo a conversação com alguns familiares, revelaram-nos que têm sido vítima de estigmatização devido a prisão dos seus familiares.

Por seu turno em relação à ordem moral Becker (1977) defende que “todos indivíduos e grupos sociais estão sujeito a um controlo e uma rotulagem social”. O controlo social é importante para a definição do desvio. São através deste que se reprime e estigmatiza-se os desviantes transformando-os em agente “activo do desvio”.

*“(…) Eu sempre sinto distanciamento em relação as pessoas direita, embora elas sejam boas e gentis para mim realmente, no meu íntimo, o tempo todo(…) estão apenas me vendo como criminoso e nada mais (…) eu vejo que os meus familiares são absolutamente incapazes de me aceitar como qualquer outra pessoa (…)”*

Júlio, 28 anos de idade

Assim, surge no estigmatizado a sensação de não saber o que realmente os outros pensam dele. Além disso, durante os contactos mistos, é provável que estas famílias sintam-se que estão em exposição e podem também sentir que o esquema usual que usava para interpretação de acontecimentos diários está enfraquecido.

Goffman (1988) acredita que a pessoa estigmatizada possui duas identidades: a real e a virtual. A identidade real é o conjunto de categorias e atributos que uma pessoa prova ter; e a identidade virtual é o conjunto de categorias e atributos que as pessoas têm para com o estranho que aparece à sua volta, portanto, são exigências e imputações de carácter, feitas pelos normais, quanto ao que o estranho deveria ser.

Neste estudo, o ex-recluso possui sua identidade própria como nome, casa, família, isto é semelhança com os demais na família e na comunidade, porém perante os demais, eles são vistos como criminosos, diferente dos outros.

Deste modo, uma dada característica pode ser um estigma, especialmente quando há uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real tornando assim um indivíduo desacreditado. Essa discrepância estraga a sua identidade social; ela tem como efeito afastar o indivíduo da sociedade e de si mesmo de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo.

Pautando-se na relação entre as identidades real e virtual, pode-se afirmar que, o processo de estigmatização não ocorre devido à existência do atributo em si mas, pela relação incongruente entre os atributos e os estereótipos.

*“É verdade, tenho vergonha de aparecer em certos lugares... é humilhante a forma como me olham os meus familiares”*

Xavier 32 anos de idade

Estas experiências tidas nas entrevistas levam-nos a aferir que a comunidade exerce uma certa coerção sobre os membros que a constituem, visto que ela é regida por valores e normas de conduta que devem serem seguidas por todos, para o bem desta.

Podemos de certa forma aferir que o desvio provoca o estigma porque um indivíduo quando é rotulado como delinquente neste caso, produz-se neste relacionamento uma desaprovação das atitudes deste perante a comunidade ou o grupo. Podemos a partir desta asserção depreender que os indivíduos uma vez rotulados carregam este rótulo pelo resto da vida. A consequência dos processos de rotulagem passa pela dificuldade que o indivíduo tem de se desvincular do rótulo que lhe foi atribuído mesmo quando já não corresponde a este.

Para Goffman (1988), a sociedade é responsável por estabelecer os meios de categorizar as pessoas e os atributos tidos como naturais para os membros de cada uma dessas categorias. O estigma é criado a partir deste raciocínio social, onde são dadas identidades virtuais às pessoas não esperadas nessas categorias, as quais são tidas como estranhas.

Falando propriamente do tema em apreço, os resultados ora patentes demonstram os comportamentos estigmatizantes perpetrados pelos familiares dos detentos. O estigma, neste contexto, é uma construção social à luz do qual os fenómenos quotidianos estão em constante criação, transformação e extinção. Este estigma é criado na família e na comunidade para a afirmação de identidade e permitir uma compreensão das acções empreendidas pelos demais actores que coexistem com ele num mesmo contexto.

Os entrevistados tem conhecimento do rótulo que carregam devido ao crime que praticam. Eles afirmam ser devido a este comportamento que os familiares não são receptivos quando eles regressam da prisão.

#### **4.4 Do Estigma à Reincidência**

Perante os resultados obtidos verificamos que, o comportamento de marginalização que a família tem para com os seus membros ex-reclusos, decorre do interesse daquela em garantir o bem-estar com o resto da comunidade. A família na tentativa de afirmação da identidade perante a comunidade delimita os espaços, as acções e as possibilidades de sobrevivência dos ex-reclusos, podemos dizer que se fecham as oportunidades destes voltarem a ser normais na comunidade ou mesmo na família.

*“(...) Eu me sinto bem com os meus amigos do que com meus familiares, com meus brothers falamos e brincamos sem confusão, ninguém desconfia do outro...enquanto em casa a convivência é outra...para mim é preferível ficar com os que me querem ainda que n sejam a minha família (...)”*

Feliciano, 22 anos de idade

*“(...) Sai da casa dos meus Pais para evitar barulho, vivo com meu amigo, fizemos mesmo trabalho está melhor assim porque em casa dos velhos era barulho dia e noite(...) eu e esse meu amigo contribuimos na renda do aluguer da casa, saímos e entramos em casa a hora que bem entendermos, longe da família para nos controlar (...)”*

Silva de 30 anos de idade

Entre seus iguais, o indivíduo estigmatizado pode utilizar sua desvantagem como uma base para organizar sua vida, mas para consegui-lo deve-se resignar a viver num mundo incompleto. Quanto mais visível for a marca, menos possibilidade tem o sujeito de reverter, nas suas inter-relações, a imagem formada anteriormente pelo padrão social.

Os factores associados ao estigma influenciam de certa forma nas práticas e concepções que os estigmatizados vão tendo de mundo a sua volta. Por vezes, fazem com que eles sintam como se estivessem em frente a um pelotão de fuzilamento, afirma Goffman (1988). Afirma ainda, que os estigmatizados tendem a ter a mesma crença sobre as pessoas que os têm estigmatizados. Deste modo, os ex-detentos vão construindo certas imagens a volta das pessoas que os têm feito passar por situações de descriminação, isolamento, rejeição, como por exemplo:

*“(...) Desde que entrei na prisão não tenho visita da minha família, sinto me completamente abandonada, não acho que se preocupam comigo(...) por isso para lá não volto, vou me arranjar por aí(..)”*

*Em casa dos meus velhos sempre que desaparece alguma coisa eu sou suspeito, ainda que não esteja presente na hora do acto, meu amigo me convidou para ir viver com ele (...) aceitei para deixar minha família em paz (...)”.*

Tiago, 23 anos de idade

No entanto, estes aspectos fazem com que ex-detentos se sintam, acima de tudo, incapazes de se relacionarem com os demais membros da família, estando patente nestes, o sentimento de inferioridade, pois, em muitos lugares onde estes estão presentes lado a lado com os ãormaisõ há indiferença na forma como são tratados. Isto faz desenvolver nelas sentimentos de indivíduos que não estão no mesmo espaço com os outros.

Becker (1977) mostra-nos ainda que, as normas e a moral que os grupos sociais utilizam funcionam como produtores do estigma e de uma rotulagem negativa, que em última análise, gera desvio (reincidência criminal).

*“É ainda que eu deixe de roubar ninguém vai acreditar, para todos que me conhecem eu sou ladrão por isso continuo no crime é assim que me vêem, que fazer”*

Zeca de 26 anos de idade.

*“(...) se a minha família não me quer bem, eu vou onde me entendem e me aceitam do jeito que sou (...) eles vivem na base de negócios como eu, podemos nos entender bem(...)”*

Mateus II, de 23 anos de idade

Devido a vários motivos que temos vindo a aludir, as pessoas procuram sancionar os ex-detentos, dificilmente encontramos pessoas que estão dispostas a ter uma interacção social de bases iguais com os ex-detentos, simplesmente eles tem sido vítima de desprezo, descriminação, parafraseando Goffman (1988), é como ãse o mundo inteiro estivesse contra elesö (Goffman, 1988:20). Mas, em volta de isso, Goffman afirma que as pessoas estigmatizadas vão descobrindo outras pessoas compassivas, e adoptar seu ponto de vista no mundo e a compartilhar o sentimento de que ele é humano e essencialmente normal.

*“(...)a minha família acusam de ser ladrão, eu poderia ficar com eles, mas como? Se ninguém quer olhar para minha cara, sentia que a minha presença era um incomodo, foi quando decide procurar um lugar só meu para viver, para me sentir bem(...)”*

Reginaldo, de 24 anos de idade

A manipulação do estigma que se verifica no convívio familiar com os ex-detentos pode culminar com a reincidência criminal porque alguns detentos dizem não se identificar mais com o seio familiar, optando assim, em abandonar para se juntarem aos seus grupos de par. É nestes grupos de par que a pratica de crime ganha mais espaço e torna-se uma acção normal para eles.

A esta atitude, Becker (1977) chamou de acusação que culmina na maioria das vezes com a mudança de grupo por parte do acusado. Este forma ou junta-se ao grupo que comunga dos mesmos ideais. Os actores sociais constroem a realidade social segundo os significados que atribuem ao meio onde se encontram inseridos. Para os etnometodólogos a questão de significados é pertinente e varia de grupo para grupo, é através do significado que determinados familiares e comunidade têm sobre a prisão que determinam a recepção ou não de reclusos.

#### 4.5 Afirmação da Identidade Social

O afastamento que o ex-detento é vítima por parte da sua família poderá estar relacionado com o facto de esta procurar preservar a identidade familiar perante a comunidade. Assim, os familiares, que deviam servir de suporte para eles, também foram obrigados a abnega-los para garantirem a boa convivência com a comunidade. Neste contexto pode-se perceber que o desprezo, a rejeição, a estigmatização são praticados no âmbito da preservação da identidade familiar, esta protecção culmina com a reincidência criminal dos seus familiares reclusos.

*“(...) durante o tempo em que o meu sobrinho esteve preso, senti-me menosprezada diante dos vizinhos, até hoje vivo isso na pele. As pessoas chamam-me mãe de bandido, ladrão e por via dessa situação parei de participar do xitique<sup>2</sup> com as minhas vizinhas, sendo que muitas delas com pouca frequência fazem compras na minha banca (í )ö.*

Fátima de 45 anos de idade

õA ordem moral é constituída dos cursos percebidos como normas de acção, as cenas familiares dos negócios quotidianos, o mundo da vida quotidiana conhecida em comum com os outros e, com os outros, aceite tacitamenteö (Garfinkel, 1976:35).

Segundo aludimos, a família, bem como, o ex-detento estão inseridos numa comunidade. Por isso, com a prisão do seu familiar a convivência não é sadia com os vizinhos. É neste âmbito que

---

<sup>2</sup>Espécie de festa onde cada contribuinte tira um certo montante, previamente estipulado e, passado o tempo acordado o valor, resultante da soma das contribuições, é entregue ao contribuinte sorteado aleatoriamente. De referir que a festa ocorre na casa do sorteado.

algumas famílias para provar que discordam com o comportamento do seu membro ex-detento, estigmatizam-no em prol da preservação da sua identidade diante da comunidade.

*“(...) No bairro era convidada para partilhar todos momentos com os meus confinantes. Fui até nomeada chefe de 10 casas para resolução de eventuais problemas”.  
Mas toda esta harmonia acabou no dia em que descobriram que, na verdade, o meu filho é um reincidente criminal e que toda vez que desaparece de casa é porque esta preso. Foi a partir desse momento que os meus vizinhos me viraram as costas (...)”.*

Delfina, de 61 anos de idade

A partir daí recomendou ao filho que quando saísse da cadeia fosse procurar outro lugar para morar porque ela sentia que os vizinhos estavam frios e ressentidos com a situação.

*“(...) Durante o período que o meu irmão esteve na prisão sofri bastante, senti-me humilhada e desprezada por parte da comunidade, porque estes diziam que encoberto os crimes do meu filho”(...) e mais, que tudo que temos em casa é fruto de roubo (...)”*

Teresa, 32 anos de idade

De acordo com Goffman (1988) a sociedade estabelece os meios de categorizar os indivíduos e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma destas categorias. Desta forma, a sociedade delimita determinados comportamentos como sendo indicativos de desvio, criando um padrão de homem ideal, isto é, o não desviante, e os que fogem desse padrão são classificados como desviantes tendo um status social diferente dos demais.

Tendo como pano de fundo a ordem moral, alguns familiares encontram dificuldades e compreender os seus membros detentos, porque por um lado, está a comunidade, que é o grupo em que se encontram inseridos. Por outro lado, as famílias detêm membros reclusos que quebraram as regras de confiança, tanto para a família como para os demais.

Para os etnometodólogos, membro não é apenas um ente que pertence a um determinado grupo, mas, é um ente que compartilha a construção social daquele determinado grupo. Em outras palavras, é membro o indivíduo que domina a linguagem comum do grupo, que interage com os demais a partir de redes de significação estabelecidas nos processos interacionais que compreendem o mundo social em que está inserido.

*“(...)Nas reuniões do bairro o meu filho é tema de debate, porque qualquer roubo suspeitam dele (...) ameaçam mandar-nos embora caso ele não mude de comportamento, então nós não somos mais bem-vindo nem bem visto o bairro (...)”*

Rita, 38 anos de idade

*" (í ) Tive dificuldade de acolher o meu filho, porque não queria que os meus vizinhos me virassem as costas. De certa forma, sinto-me fortemente ligada aos meus vizinhos, eusempre conto com os vizinhos (í )ö*

Joana, 43 anos de idade

*õ(...) Os vizinhos, para mim, são a família mais próxima, òimuyakhelane<sup>3</sup>(...)ö*

Isabel, 47 anos de idade

Isso significa ser a pessoa com quem partilhamos o mesmo espaço geográfico, com o qual dividimos os acontecimentos diurnos, bem como, nocturnos. Portanto, sempre se espera apoio por parte do vizinho. Mas este não comunga com o crime, com a falta de carácter e demais comportamentos desviantes.

Afirmção de identidade que aludimos neste trabalho, justifica-se pelo significado que um determinado grupo tem sobre a vida em comunidade ou pelos valores socialmente construídos por um grupo de indivíduos. Assim vemos que o estigma perpetuado na família é resultado da tentativa da afirmação de identidade familiar que a família do recluso pretende manter perante a comunidade. É portanto, um dos factores importantes para a explicação da reincidência criminal.

---

<sup>3</sup>Vizinho

## CAPÍTULO V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, procuramos analisar o estigma como um factor que impulsiona a reincidência criminal na perspectiva da preservação da identidade familiar, a partir do trabalho de campo efectuado na Cadeia Central e no Centro de Reclusão Feminino de N´dlhavele onde procuramos entender os factores que convergem para que os ex-detentos retornem à reclusão. Efectuamos um estudo com 44 reclusos reincidentes masculinos na cadeia central e 3 reclusas na reclusão feminino, na sua maioria são solteiros e jovens de famílias humildes.

Tomamos como ponto de partida o estigma como uma forma de tratamento que repele o ex-detento da sua família, por essa razão questionamos *de que modo o relacionamento entre a família e ex-reclusos influencia o retorno à reclusão?* Ao levantarmos este problema, colocamos como hipótese que o modo de relacionamento entre a família e o ex-detento influencia o retorno dos seus membros à reclusão.

Neste quadro de análise constatámos que em primeiro lugar a interacção social entre os ex-detentos com seus familiares é de tal forma que os deixa sem amparo, pois o desprezo e rejeição é um facto vivenciado por eles. Ademais, dos demais espaços por eles frequentados, no ambiente familiar, eles são vítimas de situações de rejeição. Não recebendo outra forma de tratamento e constrangidos pela recepção dos seus familiares, o crime aparece como o ponto de saída, uma válvula de escape.

Constatamos que existe uma dificuldade de aceitação dos ex-detentos pelos seus familiares que já estiveram fora do controle deles. São vistos com desconfiança e com medo, isto faz com que os ex-detentos não se sintam a vontade neste ambiente, alguns tiveram que sair de casa como forma de diminuir o estigma que são sujeitos.

Conclui o trabalho que, rejeitados pelos parentes mas, procuram pessoas que comungam os mesmos ideais, estes ficam expostos à reincidência criminal uma vez estes grupos de pares os acolheu sem a relutância apresentada pelos parentes e comunidade.

Também aferimos que o comportamento dos parentes, que se consubstancia na rejeição dos seus familiares ex-reclusos resulta do tratamento que aqueles recebem da comunidade face à prisão do recém-solto e, como forma de salvaguardar a identidade da família mediante a comunidade toma tal atitude.

Confirmamos assim a hipótese levantada, embora haja vários factores que de forma conjunta podem explicar a ocorrência do fenómeno de retorno a reclusão. Assim, a variável estigma é um dos factores a ser tomado em consideração. O estigma tende a separar os indivíduos da pessoa estigmatizada. Eles tendem a evitar o contacto com os estigmatizados, ou seja, recusando ou evitando intimidade e rejeitando-os, mantendo uma interacção difícil e de indiferença. Isto faz com que os estigmatizados se sintam, por vezes, inferiores quando estão na presença física dos ãnormaisö, adoptando comportamentos ou práticas que os deixam cada vez mais distantes das pessoas que os têm estigmatizados. Neste caso, os estigmatizados preferem refugiarem-se em espaços onde possam evitar serem inferiorizados, desprezados, repelidos, ostracizados, hostilizados e tratados como algo repugnante.

Contudo, os factores como a difícil interacção social que processa entre os ex-detentos com os seus familiares, a dificuldades de encobrir seu estigma neste contexto, a indiferença e negação que vivem, a rejeição por parte dos seus amigos vizinhos aliado às possibilidades que encontram fora do contexto familiar para poderem encobrir seu estigma, o amparo incondicional existente neste espaço por parte de amigos, a existência de alguns grupos que se encontram dispostos a manter um contacto com elas sem receio algum, leva-nos a concluir que o estigma é uma variável preponderante para explicar as causas da reincidência criminal. São estes factores que a eles se associam que fazem do crime a normalidade dos ex-detentos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio e BORDINI, Eliana. *Reincidência e reincidentes penitenciários*. S. Paulo. 1986.

AFRIMAP. *Moçambique: O Sector da Justiça e o Estado de Direito*.  
[http://www.afrimap.org/english/images/report/Moz%20Discussion%20Paper%20\(porto\).pdf](http://www.afrimap.org/english/images/report/Moz%20Discussion%20Paper%20(porto).pdf),  
2006.

BECKER, Howard. *Uma Teoria da Acção Colectiva*. Zahar editores. Rio de Janeiro. 1977.

BERGER, Peter. *Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística*. 18ª ed. Petrópolis: editora vozes, 1986.

BIROU, Alain. *Dicionário de ciências sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1982.

BOUDON, Raymond. *Dicionário de sociologia*. Lisboa, publicações dom Quixote. 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da acção*. In conferência na Universidade de Today. 1989. p. 11-33.

BRITO. *Os condenados de Maputo*. IESE, Maputo. 2002.

BRITO, Luís de, CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno, CHICHAVA, Sérgio & FRANCISCO, António.  
*Desafios de Moçambique*.  
[http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE\\_Des2012.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2012/IESE_Des2012.pdf). 2012.

CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da reacção social*. Trad. Ester Koslosvski. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CORREIA, Eduardo. *Direito criminal*. Tomo 2. Coimbra: Almedina, 2004.

DURKHEIM, Émilie. *Sociologia*. 3ª Edição, Portugal Editorial, Lisboa, 1982.

FERREIRA, Manuel Cavaleiro. *Lições de direito penal*. Parte I. 4ª Ed. Lisboa: Editorial Verbo. 1992.

GARFINKEL, Harold. *Estudos etnometodológicos do trabalho*. London: Routledge e Kegan Paul, 1976.

GEHRINGER, Max et al. *A verdade sobre gladiador*. In: *super-interessante*. S. Paulo, 2001.

GIDDENS, Anthony. *A sociologia*. 4ª Ed. Revista e actualizada. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2004.

GIL, António Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4ª ed. S. Paulo: Editora Atlas. S. A. 1995.

GIL, António Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 6ª ed. S. Paulo: Editora Atlas. S. A. 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre manipulação de identidade deteriorada*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Atlas S. A. 1988.

HIERBERT, Paul G. *O evangelho e a diversidade das culturas: Um guia de antropologia missionária*. São Paulo: Vida Nova. 2008.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Maria de Andrade. *Metodologia Científica*. S. Paulo: ATLAS S.A. 1991.

MAIA, Rui Leandro. *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Editora Escolar. 2000.

MARCONI, Maria de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 3ª ed. S. Paulo: Editora Atlas S. A. 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 3ª ed. 4ª Reimpr. ó São Paulo: Atlas. 2007

MINICHIN, S. *Famílias, Funcionamento e Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992.

MONJANE, Arsénio Jaime. *Estigma como factor de retorno a reclusão*. Maputo: Monografia de Sociologia ó Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Universidade Eduardo Mondlane. 2009.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil: Direito de Família*. 2o.Volume. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

NERY, Anna. *O processo de institucionalização dos detentos-perspectiva de reabilitação e reinserção social*. Rio de Janeiro. 2006.

OLIVEIRA, Víctor Neiva. *Crime, criminosos e prisão: um estudo sobre a reincidência penitenciária em montes claros*. S. Paulo. 2009.

REIS, M. P. – *De Volta ao Exílio: As Representações Sociais da ReincidenciaPenitenciária*. *Dissertação de Mestrado*. Universidade de Brasília. Distrito Federal. 2001.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica – guia para eficiência nos estudos*. 4ª Ed. S. Paulo: Editora Atlas S. A. 1996.

SENGULANE, Adozinda E. *Instituição – influência das práticas quotidianas na reabilitação dos reclusos: Caso Cadeia Central do Maputo*. *Dissertação de Sociologia*. 2003.

SILVA, Maurício da. *Violência nas escolas, caos na sociedade*. S. Paulo: EVIRT-EDITORA VIRTUAL. 1997.

TAPPAN, P. “*Who is the criminal?*”, *American Sociological Review*. New York. 1947.

## **ANEXOS**

### **GUIÃO DE ENTREVISTA AO RECLUSO**

#### **I. Para compreender o perfil sócio-demográfico**

1. Sexo: \_\_\_\_ (M) \_\_\_\_ (F)
2. Quantos anos têm?
3. Qual é o seu estado civil?
4. Qual é o teu nível de escolaridade?
5. Qual é sua ocupação?

#### **II. História de reclusão**

6. Já foi preso quantas vezes?
7. Onde residia antes da primeira prisão?
8. Com quem residia?
9. Que tipo de crime praticou?
10. O que o motivou a praticar este crime?
11. Após a soltura voltou para casa onde residia antes da prisão?

#### **III. Recepção na família após cumprimento da pena**

12. A família recebeu? \_\_\_\_ (sim) \_\_\_\_ (não)
  - a) No caso de sim o acolhimento foi agradável?
  - b) Como foi a convivência com a família?
  - c) No caso de não, onde e com quem foi viver?
  - d) Porque é que acha que a família não o recebeu?
  - e) Demonstrou arrependimento perante a sua família?

#### **IV. A recepção no seio de amigos e vizinhos**

13. Teve algum receio de se aproximar dos seus vizinhos e amigos? Se sim, porquê?
14. Continua com os mesmos amigos?

15. Frequenta os mesmos lugares frequentados antes da prisão?
16. Se é trabalhador, foi aceite de volta no emprego?
17. Se sim, como foi que os seus colegas lhe receberam?
18. Se não, porque que acha que não o receberam bem?
19. Como foi que se sentiu?

## **GUIÃO DE ENTREVISTA PARA FAMILIAR DO RECLUSO**

### **I. Para compreender o perfil sócio-demográfico**

1. Sexo: \_\_\_\_ (M) \_\_\_\_ (F)
2. Quantos anos tem?
3. Onde vive?
4. Com quem vive?
5. Quem é para ti a pessoa que está presa?

### **II. Acolhimento no seio da família**

6. Após o cumprimento da primeira pena ele regressou ao convívio familiar?
7. Como foi que o receberam e se relacionaram com ele?
8. O que fez a família como forma de acolhê-lo?
9. Depois que foi solto das outras vezes mudou de comportamento?
10. Porque motivo o seu familiar voltou a prisão?
11. Quando ele (a) está preso (a) tem o (a) visitado (a) regularmente?
12. Acha que ele (a) ainda merece auxílio da família?
13. Que julgamento faz da prisão do seu familiar?
14. Seria perda de valores transmitidos na família?
15. Para além dele (a), alguém da família já esteve preso?
16. Acredita que ele possa abandonar o crime?

### **III. Reacção dos vizinhos**

1. Como reagiram os vizinhos a prisão do seu familiar?

2. Acha que para eles a família é cúmplice?
3. Que precauções tomou para que não perdesse a confiança dos vizinhos?
4. Como tem sido o dia-a-dia com os vizinhos agora?
5. Com a prisão do seu familiar o que mudou na família com relação aos vizinhos?
6. Os vizinhos têm apoiado a família neste momento?

#### **IV. Reincidência criminal**

7. Que tipo de amigos ele (a) tem tido nos últimos tempos?
8. Isso é bom para ele (a) ou não?
9. Que análise a família faz destas amizades?
10. Acha que ele (a) ainda merece confiança da família?

### **GUIÃO DE ENTREVISTA PARA AS AUTORIDADES PRISIONAIS**

(Para obter a sensibilidade das autoridades com relação a prática de crime)

1. Qual é o crime que apresenta maior índice de casos?
2. Qual é o tipo de crime que apresenta maior índice de reincidência?
3. Na sua opinião porque este tipo de crime apresenta maiores índices de reincidências?